

ESCOLAS RURAIS E ALFABETIZAÇÃO EM MATO GROSSO: ASPECTOS DE UMA TRAJETÓRIA NAS DÉCADAS DE 1930-1940

Terezinha Fernandes Martins de Souza - UFMT

Lázara Nanci de Barros Amâncio – UFMT

2 – História e Profissão Docente

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos de uma pesquisa de abordagem histórica, mais ampla, a qual trata de questões relativas à alfabetização no município de Diamantino, distante 195 km de Cuiabá, capital de Mato Grosso. Os pressupostos de análise situam-se na História Cultural Julia (2001), Chartier (2002). A opção pelo período está vinculada à localização de fontes pertinentes para o estudo do objeto e seu contexto social e pedagógico.

Recorrendo aos procedimentos típicos da investigação de abordagem histórica buscamos dados em fontes do Acervo Público do Estado de Mato Grosso (Relatórios e Atas da Diretoria da Instrução Pública, Regulamentos da Instrução Pública, Legislação do Ensino) e em escolas antigas de Diamantino (livros-ata de reuniões e visitas de inspetores, diários de classe).

Os resultados deste recorte permitem apresentar dados referentes às escolas rurais mistas, das quais localizamos diários de classe de 1939 a 1943, que constituíram o *corpus* analisado, complementado com os depoimentos de uma professora aposentada que lecionou de 1944 a 1969, em zona rural.

De modo geral, as fontes permitiram conhecer um pouco a história da alfabetização em escolas rurais, possibilitando o conhecimento de práticas docentes, o levantamento de títulos de cartilhas que circularam nessas escolas, além de fornecer dados para a compreensão de aspectos do ensino da leitura e escrita envolvidos nas práticas alfabetizadoras da escola mato-grossense.

Boa ordem, disciplina e desempenho dos alunos nas escolas rurais mistas

A narrativa de fundo histórico na área da pesquisa no campo das instituições escolares tem como base fontes históricas que geralmente são guardadas como monumentos nessas instituições ou na lembrança/memória dos sujeitos que integram dialeticamente o passado e o presente. Por meio delas, buscamos expressar o movimento de integração do processo de

alfabetização em escolas rurais mistas. O objetivo destas escolas era, de acordo com o Regulamento da Instrução Pública de 1927, oferecer “a instrução primária rudimentar”, que consistia em ensinar as noções da leitura da escrita e do cálculo, em um curso de dois anos.

Os Regulamentos da Instrução Pública, no Mato Grosso, desde o século XIX, mais precisamente a partir de 1854, previam a presença de Inspetores de Ensino, cuja finalidade era fiscalizar o trabalho dos professores. A sua fiscalização contribuía para que a Diretoria da Instrução Pública do Estado pudesse ter maior controle sobre a organização de estatística e recenseamento escolar, dentre outros aspectos.

Em busca de uma uniformização do ensino, inspetores de ensino faziam o acompanhamento e fiscalização do ensino oferecido por professores/as que tinham escolaridade primária, como Henrique da Costa Neves, Manoel Nemésio da Costa e Jovina Almeida Soares¹, em escolas rurais diamantinenses. Em consonância com a prescrição normativa, em 1939, 1941, 1943 e 1948, estes inspetores de ensino, registraram dados a respeito de matrículas de alunos e sobre a situação do ensino nas escolas rurais, constando basicamente “boa ordem e disciplina, regularidade na escrita dos livros escolares e bom ou regular aproveitamento dos alunos”. O papel dos inspetores escolares² era importante, visto que faziam a mediação entre os professores e a Diretoria da Instrução Pública, sediada na capital do estado e foi, durante um século aproximadamente³, o único meio de os professores das mais distantes regiões fazerem chegar suas reivindicações ao diretor desse órgão.

O Regulamento da Instrução Pública de 1927, preconizava que os prédios escolares deveriam ser “adequados à capacidade; situação em relação ao solo e vizinhança, ventilação, iluminação e instalações sanitárias”. Segundo os inspetores de ensino o funcionamento das escolas estava “de acordo com o regulamento da instrução pública, constando-se boa ordem e regular aproveitamento dos alunos”. No entanto, os professores/as lecionavam em uma sala,

¹ Essa professora foi a única localizada deste grupo. Jovina estudou no Colégio Externato Santa Terezinha, na década de 1930 e foi colaboradora deste trabalho, prestando generosamente seu depoimento. Dos demais foram analisados os diários de classe.

² O cargo de Inspetor de Ensino consta no Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso, de 1854. Nesse documento a estrutura do ensino contava, inicialmente com a figura de dois tipos de inspetores: o *Inspetor Geral* e os *Inspetores Paroquiais*. Os professores deveriam ensinar na presença dos inspetores e estes observariam se o Regulamento seria cumprido fielmente.

³ Tudo indica que a criação do cargo de Orientador e Assistente Escolar, pela lei 388, de 29/01/1951, acabou, gradativamente, por substituir o cargo de Inspetor, embora se encontrem registros da ação dos inspetores por volta de 1952, conforme se observou no Ofício n.04, do Inspetor José Bruno Santana Neto, que reclamava das condições do ensino em Guiratinga, no interior do estado de Mato Grosso (APMT, 1952, Caixa A).

em sua própria residência. Os móveis eram de sua propriedade (normalmente uma mesa grande, bancos grandes, pedras de lousa, cadernos e cartilhas), havia ano letivo em que não recebiam materiais didáticos (novas cartilhas, cadernos, lápis e outros). O horário das aulas era das 7:00 às 11:00 horas da manhã, com recreio de meia hora. Esse tipo de escola é caracterizado por Faria Filho e Vidal (2000) como “escola do improvisado”.

A preocupação com as escolas rurais espalhadas pelo interior do estado era comum, também, em mensagens de diretores da instrução pública e de presidentes do estado, relatando providências tomadas para resolver dificuldades como: desproporção entre as classes do 1º ano e dos demais anos do curso primário; falta de método de ensino; despreparo pedagógico dos professores; interrupção do curso em decorrência de exoneração de professores e falta de população em idade escolar em número suficiente para compor uma classe. Nessas localidades, era também comum a ausência de: inspeção médica; merenda escolar; condições de moradia; comunicação; acompanhamento escolar; orientação pedagógica e valorização do professor. Geralmente, estes professores se aposentavam com um salário mínimo. Distantes das prescrições normativas e dos discursos oficiais exerciam a docência baseados na tradição escolar legada pela mãe e/ou pela professora de alfabetização.

O transporte para chegar até essas escolas era escasso, os alunos que moravam mais distantes ficavam hospedados na casa dos professores/as. As relações que estabeleciam com a comunidade eram construídas com base na amizade e compadrio, associadas ao desejo de proporcionar aos filhos melhor qualidade de vida, por meio do estudo. Hábitos culturais e valores de pessoas simples, que estabeleciam sentimentos de confiança necessários à manutenção da escola. Em um período em que se expressavam idéias liberais, na tentativa de adequar o ensino às exigências da sociedade, a prática, ainda revelava-se desalentadora, em localidades rurais como: Córrego Fundo, Pontezinha, Fazenda Nova e Localidade do Gatinho.

Diferentemente do que acontecia na capital do estado, quando havia mudanças na organização do ensino⁴, percebe-se nessa região um silenciamento em relação a mudanças quanto a esse tema ou introdução de novos métodos e procedimentos de ensino. Apesar da introdução de um método para o ensino de leitura em 1910, posteriormente adotado oficialmente, mediante o regulamento de 1927 e que vigorou por quase vinte e cinco anos, isso

⁴ Referimo-nos aqui especialmente às reorganizações em função dos Regulamentos da Instrução Pública dos anos de 1910 e 1927, bastante divulgadas, aparentemente, e tematizadas em Mensagens de Presidentes do Estado e Relatórios de Diretores da Instrução Pública de e Professores.

parece não ter interferido nem criado conflitos nas práticas em exercício. A professora Jovina ressalta: “no ritmo que comecei, continuei até aposentar”. Em face do vagaroso efeito da reforma do ensino primário no interior, parece que, até essa época, o uso do método analítico, apregoado no regulamento de 1927, para o ensino de leitura não havia tido eco nas salas de alfabetização na área rural do estado.

A precariedade evidenciada nas escolas da época é muito semelhante ao que Amâncio (2000) observa no século XIX e início do XX. Parece que, apesar dos esforços, e, certamente, da melhoria que gradativamente se imprimiu à escola pública rural mato-grossense, problemas do passado permanecem como condicionantes do ensino, explicando, de certa forma, dificuldades do presente⁵.

Entre tirar, dar ou tomar uma lição: o ensino da leitura nas cartilhas

Por meio das cartilhas de alfabetização, segundo os/as professores/as rurais diamantinenses se “tirava, dava ou tomava ou uma lição”, no cotidiano das salas de aula de alfabetização. As semelhanças no modo de ensinar, de organizar a sala, de uso de materiais e de propor atividades para o ensino da leitura e da escrita desses/as professores/as são marcantes, mesmo em localidades e épocas distintas.

Há uma página, nos diários de classe, destinada a registrar a “Base Didática do Programa de Ensino”, onde aparecem “títulos de cartilhas e as disciplinas a que estas se destinam”. Conforme Maciel (2003, p. 12), o uso das cartilhas no processo de ensino da alfabetização “é uma tradição antiga, pois as primeiras cartilhas, denominadas “cartinhas”, vinham de Portugal e foram utilizadas até o século XX, juntamente com as produções brasileiras. Estas cartilhas também conciliavam instrução e religião”. Mortatti (2000, p. 41) também explicita que “a partir da última década do século XIX, com a organização republicana, há um movimento de escolarização do processo inicial de leitura e escrita e uma identificação dessas práticas, com a questão do método”.

Nesse contexto, a cartilha se consolida como instrumento imprescindível para a concretização dos métodos, a disseminação de determinados conteúdos de ensino e de silenciosas concepções de alfabetização, leitura, escrita e texto. Apresentamos a seguir os títulos mais utilizados para desenvolver as habilidades básicas de leitura, escrita e as regras ortográficas do português:

⁵ Sobre o assunto ver Amâncio (2005), no GT 10 da 28ª. Reunião da Anped.

Quadro 1 – CARTILHAS E LIVROS DE LEITURA UTILIZADOS POR PROFESSORES DAS ESCOLAS ISOLADAS RURAIS MISTAS - DIAMANTINO – 1939 a 1943

Escola Mista Rural do Córrego Fundo – 1939

Título	Autor
1ª Cartilha na Roça	Renato Sêneca Fleury
ABC Infantil	Sem autor
Cartilha das Mães	Arnaldo de Oliveira Barreto
Cartilha Meus Deveres	Sales Oliveira Rocha
Minha Pátria	S Pinto e Silva
Cartilha Nacional (livro de leitura)	Hilário Ribeiro
Nossa Pátria (livro de leitura)	Rocha Pombo
Cartilha Corações de Crianças	Rita M. Barreto
Sei Ler	Theodoro Jeronymo de Moraes
Primeiro Livro de Leitura	Felisberto de Carvalho

Escola Mista Rural do Córrego Fundo – 1941

Cartilha Meus Deveres	Sales Oliveira Rocha
1ª Cartilha na Roça	Renato Sêneca Fleury

Escola Mista Rural do Córrego Fundo – 1943

Cartilha da Infância	Thomaz Paulo Bom Sucesso Galhardo
----------------------	-----------------------------------

Escola Mista Rural de Pontezinha – 1943

Cartilha do Povo	Manoel Bergstrom Lourenço Filho
Primeiras Leituras	Manoel Bergstrom Lourenço Filho

Fonte: Diários de professores primários das Escolas Isoladas Rurais Mistas de Diamantino (1939 a 1943), 53 p. - Arquivo da Escola Estadual Plácido de Castro - 2005.

Das diversas cartilhas e livros citados, chama a atenção a Cartilha Nacional, de Hilário Ribeiro, editada em 1880 que estava na sua 228ª edição em 1936 e traz o método “ensino simultâneo da leitura e da escripta”. Conforme seu próprio autor era “uma necessidade de acompanhar os progressos da ciência”. Esta cartilha, segundo Amâncio (2000) teve uma intensa circulação no Brasil e alcançou grande repercussão também em Mato Grosso; é mencionada nas relações de livros escolares adquiridos para as escolas públicas matogrossenses por várias décadas. No presente estudo, observamos que a mesma continuou sendo usada no estado, em especial nas escolas diamantinenses, a partir de 1939.

Em relação à famosa Cartilha do Povo, publicada por Lourenço Filho, em 1928, muito utilizada, também, em São Paulo, nota-se, nos estudos de Cardoso e Amâncio (2005)

que em Mato Grosso é mencionada pela primeira vez em 1932. Neste estudo, esta cartilha é citada pelos professores diamantinenses, em 1943, evidenciando que teve continuidade de seu uso nas escolas mato-grossenses. A cartilha citada continuou no catálogo da editora e na lista dos livros indicados pelo Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, do Ministério da Educação – MEC até o ano de 1995.

Era corrente nos diários de classe, a citação de atividades cotidianas, como: exercícios orais, ditados, famílias silábicas, formação de palavras a partir de sílabas já trabalhadas e cópias da cartilha “tirar do quadro uma lição”, “tirar do livro uma lição”, para exercitar a escrita. Era necessário fazer cópia daquelas atividades, para memorizá-las a partir da repetição escrita e oral. A incorporação desta aprendizagem supõe, também, uma apropriação da língua, uma tradução de formas orais de comunicação em formas escriturais.

Os exercícios de caligrafia faziam parte das atividades de escrita diária. Esta é uma discussão antiga, no Brasil, conforme Vidal e Esteves (2003, p. 119), houve “uma discussão mais acirrada entre 1910 e 1940, sobre a eficácia dos modelos caligráficos que atingiam as escolas primárias, como: Modelo Inclinado, Modelo Vertical e Modelo Muscular”. Estes professores não fazem citação sobre um modelo caligráfico em especial. Exercitavam a caligrafia como uma atividade de escrita, de treino do traçado das letras e palavras e como sinônimo de boa ortografia, por meio da qual se exercitava, também, a repetição e a memorização. Como aponta o estudo de Amâncio (2000), parece que essa temática não chegou a constituir-se num problema que tenha merecido preocupações dos professores da época em Mato Grosso.

Os exercícios orais para o ensino da linguagem na alfabetização, eram também recorrentes. A leitura era feita com o auxílio do quadro negro e da cartilha. O modo como se lia, característico da época, era baseado em “dar e tomar uma lição”, consistindo em ler o texto da cartilha repetidas vezes para o/a professor/a verificar, por meio da reprodução, se o aluno havia aprendido. Como ressalta Bittencourt (1996, p. 95), “o aluno deveria ler o texto, dominar as palavras escritas e repeti-las ao professor diante dos colegas. A lição do livro caracterizava-se por ser uma repetição oral da palavra escrita”.

A partir da breve aproximação, pode-se refletir sobre a escola primária rural daquele período e o alcance dos serviços educativos por ela oferecidos, para possibilitar um mínimo de

alfabetização aos seus alunos; ou seja, ensinar a leitura e a escrita por meio do “tirar, dar ou tomar uma lição, presente na cartilha”.

Aprendendo o ABC e a Fazer Contas

A sala de aula nas localidades rurais foi se definindo lentamente. Inicialmente desordenada, com alunos de idades variadas, com histórias também diversas, agrupados sob uma ordenação e rotina menos rígida, em um espaço determinado da casa do/a professor/a, espaço que se tentava organizar para ensinar o saber escolar. Os móveis e materiais escolares considerados higiênicos para a época, não estavam ainda presentes naquele espaço.

Para as aulas estes/as professores/as utilizavam o mesmo material que a sua professora usara para ensinar na alfabetização. A professora Jovina confessa: nunca fez plano de ensino ou de aula; “calculava o que ia ensinar durante a semana”. O rumo, dado ao processo ensino e aprendizagem ficava contemplado pelo livro didático. O processo de aprender e de ensinar tinha uma dinâmica diferente do que ocorria, provavelmente, nas escolas urbanas, especialmente as da capital, mais próximas da Diretoria Geral da Instrução Pública. Os/as professores/as não recorriam a diretrizes ou orientações pedagógicas e não havia quem acompanhasse o seu trabalho. O material produzido com os alunos era levado no final do mês para a cidade, os quais entregavam à diretora da Escola Reunidas ou ao Prefeito Municipal. Essas autoridades escolares e municipais, respondiam oficialmente pela escola. Para eles “estava sempre em ordem, tudo muito bonito”, de acordo com dados fornecidos pela professora.

Esses/as professores/as são sujeitos de um saber, de um fazer, de um pensar: suas aulas contavam com seu “jogo de cintura” e com suas experiências de vida. Às vezes sentiam-se sozinhos/as, desmotivados/as, se ressentiam pelos possíveis fracassos dos alunos; ficavam desesperançados/as, trabalhavam segundo procedimentos que consideravam mais adequados. Isso pode favorecer resultados nem sempre esperados, o que conforme Lima (2003), vai além de considerar tais professores/as como simplesmente incapazes ou mal formados, com pouco lastro cultural. São também frutos ou vítimas de um sistema de ensino que contribui para que as dificuldades da escola se perpetuem.

A disciplina dos alunos era bastante rígida, contavam também com a ajuda dos pais, que, a seu modo, repreendiam os filhos em casa. A professora conta que, certa vez, ao “virem trazer o quadro negro para a escola, tiraram foto de tudo, olharam o material e levaram embora

a palmatória”. Essa declaração dá pistas de que se não usava, pelo menos possuía esse instrumento comum nas escolas primárias brasileiras.

Mas, como assevera Julia (2001), no labirinto do ler e escrever, alunos nem sempre puderam gozar de amenidade e paciência da professora: exigia-se sacrifícios. Há casos em que esta se encarregava de punir o aluno. Siqueira (2000, p. 240) ressalta que “métodos da palmatória, fêrula ou Santa Luzia e vara eram geralmente adotados como melhores incentivos para o desenvolvimento da inteligência”. Os castigos corporais, de acordo com a autora eram aceitos até recentemente como eficazes auxiliares para o aprendizado, utilizados para reprimir ações indisciplinadas, servindo como instrumento de sanção infligido a contraventores da moral e da ordem.

A professora explicita aspectos do método para ensinar a ler e escrever: “ensinava o ABC e a soletrar, depois ensinava os números e por fim as continhas de somar e de diminuir”. Essa forma de ensinar apresenta forte tradição no Brasil. Em Mato Grosso, de acordo com Siqueira (2000, p. 204) “entre 1837 e 1854, o método era da soletração, somente a partir de 1870, com a introdução das escolas públicas de instrução primária é que houve também a preocupação com um método de ensino da leitura, o método sintético”. O uso da soletração e de *Cartas ABC*, segundo pesquisas já realizadas em Mato Grosso por Siqueira (2000); Amâncio (2000) e Amâncio e Cardoso (2005) foi marcante no estado por mais de um século.

A decoração e a memorização, segundo Possari e Neder (2001), são características marcantes quando se trabalha com a linguagem como expressão do pensamento e, conseqüentemente, com o ensino prescritivo, ou seja, é necessário repetir para memorizar, decorar. Está implícita, também, a valorização de uma unidade mínima de significação: as letras do alfabeto, que, uma vez conhecidas, devem ser repetidas por meio do treino escrito, sendo possível a formação de sílabas e de palavras, por meio da soletração. Esta prática, segundo Mortatti (2000) fez parte da cultura escolar brasileira até 1880, por meio do emprego do método sintético-alfabético, fônico e silábico. Nas escolas rurais mistas diamantinenses essa prática se evidencia até a década de 1940, pelo menos.

O processo de relembrar, conforme Lima (2003), recontar, reviver e refletir sobre a experiência é também um processo por meio do qual se exercita o aprendizado da docência, o “ser professor”. No caso da professora Jovina, a aprendizagem ocorreu, no embate da sala de aula, em contextos e circunstâncias marcadas pela sua biografia pessoal e escolar, do modo

como lidou com situações complexas, dos vínculos que estabeleceu com os alunos e comunidade, das posições políticas e religiosas que assumiu. Possivelmente, recuperou nesse percurso, muito de sua formação como aluna, como filha e aquilo que recordou nas cartilhas que aprendeu a ler. Portanto, pode-se dizer que o conjunto a constituiu professora.

É preciso lembrar, também, conforme Lang (2001, p. 120) que as interpretações que fazemos “ao rememorar experiências passadas, daquilo que foi feito, que gostaria de ter feito ou que foi sonhado, tais interpretações são sempre baseadas em imagens que se possui no presente, da experiência que se pensa ter vivenciado”. Portanto, reinterpretar o passado mantém vínculo dialético com as múltiplas possibilidades construídas no percurso vivido.

Considerações Finais

As práticas de alfabetização se concretizavam, na sua maioria, na casa dos professores, em ambiente improvisado para abrigar uma “escola” que era inspecionada, esporadicamente, pelos inspetores escolares. A recorrência das atividades de leitura e de escrita ao longo das duas décadas citadas (e as seguintes) evidencia a permanência de práticas arraigadas dos professores que alfabetizam do modo como foram ensinados, recorrendo a cartilhas portadoras de um método de alfabetização.

A diversidade de títulos usada pelos professores deixa perceber uma opção pelo método sintético ou misto de leitura - que contraria as normatizações oficiais locais para aquele período, mas se coaduna com um movimento nacional de autonomia didática. Os indícios ou vestígios possibilitam compreender que, nas escolas isoladas rurais, era concreta a possibilidade de decodificar a língua escrita, além de grafar quantidades e realizar as operações elementares.

Esperamos que, mesmo com os fragmentos e lacunas, próprios de estudos dessa natureza, o recorte aqui apresentado possa contribuir para a compreensão dos processos de ensino na escola primária rural em Mato Grosso. Que seja possível, também, encontrar na sua simplicidade, o lugar de sua riqueza. Ressalvando-se as prováveis omissões e silêncios (que também são reveladores), pois como assinala Lang (2001, p. 123) são “carregados de subjetividade provocados pela ruptura entre o passado e o presente”.

Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de Leitura na Escola Primária no Mato Grosso: contribuições para o estudo de aspectos de um discurso institucional no início do século XX**. Marília – SP, 2000. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP.

_____. Ensino de leitura e escrita em Mato Grosso: aspectos de uma trajetória (séculos XIX e XX). **28ª Reunião da Anped**. Caxambu-MG, 2005. CD-ROM.

_____. & CARDOSO, Cancionila Janzkovski. Relatório de Pesquisa Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas em Alfabetização: um estudo a partir da circulação de cartilhas em Mato Grosso – 1910 a 2000. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Pesquisa em Educação/FAPEMAT. ICHS. Rondonópolis – MT, 2005.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Práticas de Leitura em Livros Didáticos. In: **Revista Faculdade Educação São Paulo**. V 22, nº 1, jan/jun, 1996.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. 2 ed. Portugal: DIFEL- Difusão Editorial S.A, 2002

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. & VIDAL, Diana Gonçalves. Os Tempos e os Espaços Escolares no Processo de Institucionalização da Escola Primária no Brasil. In: **Revista Brasileira de Educação**. nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Sociedade Brasileira de História da Educação – SBHE, 1º nº. Autores Associados: Campinas – São Paulo, 2001.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. História Oral: procedimentos e possibilidades. In: **Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais**. Centro de Estudos Rurais e Urbanos – NAP-CERU. São Paulo, 2001.

LIMA, Sorahia Miranda de. **Aprender para Ensinar, Ensinar para Aprender: um estudo do processo de aprendizagem profissional da docência de alunos - já –professores**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos . São Carlos:UFSCAR, 2003.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Ler Escrever e Contar....A História da Alfabetização em Minas Gerais. In: TAMBARA, Elomar. **Livros Escolares e Ensino da leitura e da Escrita no Brasil (século XIX e XX)**. Pelotas: Seiva, 2003.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Cuiabá, 1927.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os Sentidos da Alfabetização**. São Paulo: Editora UNESP/COMPED, 2000.

POSSARI, Lúcia Helena Ventrúsculo & NEDER, Maria Lúcia Cavalli. **Linguagem: o ensino, o entorno, o percurso**. 2 ed. Cuiabá:EdUFMT, 2001 (v.2)

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e Sombras: modernidade e educação pública em Mato Grosso**.Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves & ESTEVES, Isabel de Lourdes. Modelos Caligráficos Recorrentes: as prescrições para a escrita na escola primária paulista (1920 – 1940). In: TAMBARA, Eleomar. **Livros Escolares e Ensino da Leitura e da Escrita no Brasil (séculos XIX –XX)**.Pelotas: Seiva, 2003.